

De volta à racionalidade

O GOVERNO Sarney parece próximo da desejada definição de sua política econômica. Para ela convergem ambos os decretos assinados anteontem, assim como o anunciado projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional, dispondo sobre a alienação do controle acionário das empresas estatais.

HÁ BASTANTE definição, quando o Governo faz o Estado brasileiro recuar da condição de Estado-empresário em que se instalou, faz já tantos anos. Porque é a economia que começa a ser devolvida a seus agentes próprios. E há definição ainda, quando o Governo estimula a opção por outros setores dos que até agora figuravam em seus quadros administrativos: é sinal de estar procurando reduzir o âmbito de ação do setor público, reduzindo-a ao essencial exigido pelas instituições; vale dizer, àquilo em que o Estado é insubstituível.

ESTÁ BEM explícita a intenção do decreto que criou o Programa Federal de Desestatização. Basta atentar para um ou outro dos objetivos fixados: "transferir para a iniciativa privada atividades econômicas exploradas pelo setor público" e "promover a privatização de atividades econômicas exploradas, com exclusividade, por empresas estatais, ressalvados os monopólios constitucionais". Compreendeu-se afinal no País que o verbo explorar é de todo inadequado para exprimir a ação típica de um Estado.

A ISENÇÃO é a verdadeira vocação do Estado, fiel de balança da sociedade, a impedir que as desigualdades naturalmente induzidas pela concorrência (qual é a competição real que abdica da vitória?) ultrapassem o limite do tolerável: cabe-lhe equilibrar, corrigir, canalizar para o bem comum todo o dinamismo da sociedade, preservando-lhe o valor.

QUANDO, porém, o Estado pretende substituir-se à liberdade de iniciativa, atinge-se fatalmente o intolerável e a desigualdade que se imaginou banir. Por quê? Porque o Estado-empresário recebe uma carga de egoísmo proporcional à incontrastabilidade de seu poder: indivíduo algum se expõe, em tal escala, ao risco de deturpar em egoísmo seu instinto de sobrevivência e seu gosto pela vida, que é luta e competição. Não é por acaso que a voracidade do Estado-empresário se transforma, tão freqüentemente, em opressão.

UMA FRASE de efeito diz que o Estado é tão bom empregador quanto mau empresário. Trata-se de um paradoxo proposital. Porque o Estado se torna mau empresário justamente quando começa a ser grande empregador: drena a maior parte dos recursos humanos de um país, enquanto vai avançando sobre sua poupança até reduzi-la a capacidade a um resto a desprezar. As funções do Estado não são de aplicação intensiva de mão-de-obra: governar é

mais dirigir do que agir; é saber situar-se o Estado na diagonal das forças que lhe antecederam a constituição.

POR ISSO, a racionalização do serviço público de que fala o Ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, é de molde a redundar em diminuição de quadros — por exigência da própria racionalização e por coerência com a desestatização.

AS MEDIDAS merecem o apoio que contribua para acelerar-lhe a implementação. Porque o êxito dependerá, no caso, do impulso que receberem; e porque a passagem do tempo só será vantajosa para os interesses instalados de uma nomenclatura encontrada em todos os escalões, cujo corporativismo tem feito do governo uma ação entre amigos. E dessa ação entre amigos, que aliás costuma polarizar os mais diversos (e supostos) credos ideológicos, jamais sairá política alguma.

A GRÃ-Bretanha conseguiu, em curto tempo, a volta à propriedade privada de quase metade de seu setor industrial; conseguiu que 600 mil empregados passassem do setor público para o privado; conseguiu privatizar democratizando, multiplicando os proprietários. O Governo Sarney se dispôs a oferecer oportunidade semelhante ao Brasil. Que não tem outra alternativa que se restabelecer na racionalidade; e com a maior presteza possível.